

Doi: 10.5281/zenodo.16740433

REVITALIZAÇÃO DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Geraldino Carneiro de Araújo¹

Alan Coelho Catharineli de Oliveira²

Resumo: Este artigo aplicado tem como objetivo apresentar um plano de ação para a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul. A Central foi criada em 2006 em Campo Grande-MS pelo Governo do Estado e ao longo do seu percurso se organizou e apresentou importantes avanços para a economia solidária, entretanto atualmente tem enfrentado desafios. O texto de fundamenta teoricamente na economia solidária como um movimento que vai de encontro ao capitalismo com a autogestão, igualdade, democracia e geração de renda, se apoiando, quando possível, em políticas públicas. Mediante a isto foi realizada uma pesquisa com uma abordagem qualitativa e com características descritivas e exploratórias. A coleta de dados se baseou em documentos e entrevistas e utilizou-se a análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Os resultados apresentam o histórico da Central de Comercialização, os desafios e potencialidades e, por fim um plano de ação em que se sugere sete atividades.

Palavras-chave: Plano de Ação; Empreendimentos Econômicos Solidários; Políticas Públicas.

REVITALIZATION OF THE SOLIDARITY ECONOMY MARKETING CENTER OF MATO GROSSO DO SUL

Abstract: This applied article aims to present an action plan for the Solidarity Economy Marketing Center of Mato Grosso do Sul. The Center was created in 2006 in Campo Grande-MS by the State Government and throughout its history it was organized and presented important advances for the solidarity economy, however it is currently facing challenges. The text is theoretically based on the solidarity economy as a movement that goes against capitalism with self-management, equality, democracy and income generation, relying, when possible, on public policies. Therefore, research was carried out with a qualitative approach and descriptive and exploratory characteristics. Data collection was based on documents and interviews and content analysis was used to process the data. The results present the history of the Marketing Center, the challenges and potential and, finally, an action plan in which seven activities are suggested.

Keywords: Action Plan; Solidarity Economic Enterprises; Public Policies.

¹ Administrador (FIRB), Sociólogo (UNIP), Mestre em Agronegócios (UFMS), Doutor em Administração (UFMS) e Docente na UFMS. E-mail para contato: geraldino.araujo@ufms.br

² Pedagogo pela UNAES; Técnico em Serviços Públicos pela IFMS, Especialista em Gestão Pública e em Agente Local de Trabalho, Emprego e Renda pela UFMS.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que a economia solidária é uma alternativa aos modelos tradicionais de negócios, priorizando princípios como cooperação, autogestão e solidariedade (Singer, 2008). A economia solidária tem como preceitos a democracia e a igualdade, visando diminuir as desigualdades sociais com ações colaborativas (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003; Singer, 2008).

Neste sentido, desde 2006, existe em Campo Grande-MS a Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul. Foi criada pelo Governo do Estado vinculada à Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab/MS). Após quase 20 anos de existência, a Central de Comercialização demanda ações para sua revitalização. Para Xavier (2018, p. 47) a Central de Comercialização se refere “[...] a um complexo de empreendimentos que se fundem com a finalidade de alcançar níveis maiores de comercialização, qualidade de vida e geração de renda”.

De modo geral, a economia solidária passa por desafios que envolvem a integração econômica entre os empreendimentos econômicos solidários, estruturas de escoamento, comercialização e troca, espaços comuns de formação, política de suportes financeiros, geração e disseminação de tecnologias apropriadas, alternativas adequadas à formalização dos empreendimentos econômicos solidários (Antunes; Neri; Stangherlim, 2011).

Diante deste contexto, a questão de pesquisa deste artigo é: Como organizar uma revitalização da Central de Comercialização da Economia Solidária? Sendo assim, o objetivo geral deste artigo é apresentar um plano de ação para a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul. Para o alcance desse objetivo, a pesquisa se propõe a:

- (i) descrever a trajetória histórica da Central e seus objetivos,
- (ii) analisar os e as potencialidades da Central de Comercialização e
- (iii) propor um plano de ação.

Este artigo aplicado é um produto do curso de pós-graduação *lato sensu*, Programa de Especialização em Agente Local de Trabalho, Emprego e Renda – ProAlter, ofertado em 2023/2024 pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com recursos da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul - Funtrab/MS - Governo de Mato Grosso do Sul, e tem como foco central “Analisar os impactos socioeconômicos da economia solidária e ou agricultura familiar em uma comunidade”.

Em termos de organização do texto, nessa primeira parte foi apresentada a ideia do artigo aplicado; na segunda seção é exposto a fundamentação teórica; o terceiro tópico descreve os procedimentos metodológicos; a quarta parte trata da análise dos resultados e, por fim, o quinto tópico apresenta as conclusões e contribuições.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que na sociedade predomine a igualdade é preciso que a economia seja mais solidária do que competitiva. O capitalismo é dominante em nossa sociedade, é tratado como algo natural, e faz com que a economia se torne competitiva. Essa competição permite que os consumidores possam comprar aquilo que querem e com menor preço e permite que o melhor vença. Mas para alcançar uma sociedade igualitária seria necessária uma economia solidária em vez de competitiva, se ela estiver organizada igualitariamente pelos seus associados não haveria tanta desigualdade social (Singer, 2002).

Com a dominância do capitalismo, a competitividade na comercialização resultou em efeitos sociais com inúmeras desigualdades sociais. Assim, grandes empresas se consolidaram no mercado com grandes lucros, enquanto que pequenos produtores, empreendedores da economia criativa e outros públicos ficaram à margem da competição, fossem considerados os perdedores nesse modelo (Singer, 2001; 2002).

Compreende-se que a economia solidária é um conjunto de atividades econômicas, formada por produtores, distribuidores, consumidores que juntos

compõem uma cooperativa sob uma autogestão, em que a administração é realizada de forma democrática e igualitária. Sua visão é diminuir as desigualdades sociais com pretensões colaborativas e não competitivas na busca de obter os melhores êxitos igualitários a todos, pautada na união entre seus membros (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003; Singer, 2008).

A economia solidária tem três grandes princípios econômicos a redistribuição, a reciprocidade e o mercado, que a partir de trabalhadores que foram excluídos da sociedade produzem e comercializam seus produtos por meio de uma organização comunitária e assim compartilham valores, princípios e práticas a fim de valorizar o ser humano e consequentemente a inclusão produtiva (Silva; Calazans; González; Souza, 2011).

Deste modo, apresentam-se algumas características da economia solidária: a valorização do saber local e da aprendizagem que valoriza as vivências do dia a dia, centralidade no ser humano que foca no bem-estar do ser humano, cuidado com o meio ambiente baseado no uso racional e preservação do meio ambiente, justiça social na produção com proteção aos mais vulneráveis e valorização da diversidade (Pitaguari; Santos; Camara, 2012).

Destacam-se alguns empreendimentos de economia solidária, tais como as cooperativas, as associações comunitárias de produção, empresas denominadas de autogestionárias ou fábricas recuperadas, redes de produção, comercialização e consumo, grupos informais produtivos de segmentos específicos, clubes de troca dentre outros. Todos esses empreendimentos estão pautados em uma autogestão que visa a igualdade entre os membros com a participação democrática dos trabalhadores e consequentemente o trabalho coletivo (Faria, 2017).

Além disso, a economia solidária tem papel importante na produção da economia de uma certa localidade ou região visando o seu desenvolvimento local na dinamização das capacidades dos mercados locais, com a criação de empregos e proporcionando melhores condições de vida para as comunidades, à medida que ocorre esse desenvolvimento as potencialidades vão sendo impulsionadas não tão somente as econômicas, mas também as culturais e as sociais (Magno; Albuquerque; Barros; Arroyo, 2022).

Cabe-se ressaltar que as organizações coletivistas de produção associada, são empreendimentos produtivos de uma comunidade específica e politicamente localizada, que constroem vínculos sociais comuns baseada em uma gestão coletivista de trabalho com características autogestionárias no nível da unidade de produção. Deste modo, a sua base organizacional estrutura-se a partir da valorização da participação dos seus membros nos atos decisórios, dá ênfase na produção, colaboração e na solidariedade quanto aos seus projetos e resultados e na partilha das responsabilidades (Faria, 2017).

Sem dúvida o processo coletivo das organizações, por serem autogestionárias, valoriza cada indivíduo que dela participa, considerando as relações de igualdade e a valorização do trabalhador, na medida que vão se rompendo o processo de alienação direta do trabalho ao capitalismo, o conhecimento sobre o processo de trabalho vai se expandindo e estimulando, de modo que todos se tornem conscientes de suas responsabilidades para com o sucesso ou insucesso do empreendimento (Teixeira; Souza, 1985).

A economia solidária existe como alternativa de trabalho e geração de renda para aqueles que muitas vezes não são absorvidos na economia formal. Com isso é um modo de produção e organização, que visa a distribuição e o consumo baseado na igualdade de direitos e responsabilidades na perspectiva de incluir os movimentos sociais por meio dos empreendimentos econômicos solidários (Magno; Albuquerque; Barros; Arroyo, 2022).

Neste sentido, as políticas públicas para a economia solidária, que se refere a uma participação do Estado para atender uma demanda específica ou fomentar a atividade, podem ocorrer como ações, projetos, programas que são desenvolvidos por órgãos da administração direta e indireta das entidades públicas no âmbito Estadual, Municipal e Federal, em que os beneficiários diretos são os trabalhadores ou os participantes de empreendimentos econômicos solidários (Schiochet, 2009).

De fato, a economia solidária no Brasil persiste e insiste em sua subsistência, graças aos seus ideais muitos produtores, artesãos, agentes de economia mista sobrevivem para comercializar os seus produtos (Singer, 2002).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Segundo Cooper e Schindler (2003), a pesquisa exploratória permite esclarecer conceitos, definir prioridades, criar definições operacionais e aprimorar o planejamento do estudo, enquanto a pesquisa descritiva busca representar um fenômeno ou suas características associadas, além de estimar a proporção de uma população que compartilha essas características e identificar relações entre categorias distintas.

Neste estudo, optou-se pela abordagem qualitativa, conforme observado por Collis e Hussey (2005), que indicam que os dados qualitativos são essenciais para examinar e refletir sobre percepções, a fim de compreender as atividades sociais e humanas. Como reforçam Sampieri, Collado e Lucio (2013), o método qualitativo é particularmente útil em situações nas quais o fenômeno de interesse é de difícil mensuração ou ainda não foi analisado anteriormente.

Richardson (2008) aponta que a escolha pela abordagem qualitativa é uma decisão do pesquisador, justificada pela necessidade de compreensão da natureza de determinados fenômenos sociais. Ademais, certos questionamentos de pesquisa demandam uma abordagem qualitativa, permitindo uma análise detalhada dos significados e das características situacionais que emergem das respostas dos entrevistados.

O caso escolhido para este estudo foi a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, localizada em Campo Grande-MS. Esta iniciativa, desenvolvida pelo Governo do Estado e vinculada à Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab/MS), existe desde 2006. Atualmente, devido a certas necessidades emergentes, o projeto tem demandado ações de revitalização.

Para a coleta de dados, foram utilizados métodos de levantamento documental, entrevistas e observação. A documentação pode incluir diversas formas de registro, como atas de reuniões, relatórios de eventos, documentos administrativos, registros internos, avaliações formais, recortes de notícias e outros materiais divulgados pela mídia. Já a entrevista é uma conversa guiada, com fluidez e flexibilidade, que pode exigir tempo e ocorrer em mais de uma ocasião. A entrevista em profundidade é um

tipo específico no qual o pesquisador explora detalhadamente os fatos relativos a um tema. Por sua vez, a observação permite o levantamento de dados sobre interações sociais e cenas do ambiente estudado (Yin, 2010).

Os documentos consultados incluíram a dissertação intitulada “Desenvolvimento Local e Empreendimentos Econômicos Solidários: um estudo na Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande/MS” (Xavier, 2018), bem como a cartilha “Fortalecimento dos Empreendimentos Solidários das Mulheres de Mato Grosso do Sul - empreendimentos de mulheres solidárias em rede: a experiência da Central dos Trabalhadores(as) da Economia Solidária” (Fundação Banco do Brasil, 2021), além de outros materiais pertinentes.

Realizou-se uma entrevista semiestruturada, com um roteiro flexível, com a participação de duas pessoas envolvidas diretamente no projeto, sendo a Diretora de Microcrédito e Economia Solidária e a Coordenadora de Economia Solidária/Gestora da Central, ambas da Funtrab, as entrevistas ocorreram em outubro de 2024 e durou aproximadamente uma hora cada uma. Não tivemos resposta do pessoal da Central de Comercialização.

O roteiro de questões contou com dez perguntas, foi compartilhado junto com o convite para participar da pesquisa, as perguntas foram:

- 1) Qual seu cargo/função e qual a sua ligação com a Economia Solidária e com a Central de Comercialização?
- 2) Como você compreende a Economia Solidária?
- 3) Poderia descrever a Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (espaço, pessoas, responsabilidades e empreendimentos envolvidos).
- 4) Como você avalia a situação atual da Central de Comercialização?
- 5) Quais são os produtos/serviços que são comercializados atualmente na Central? O que mais poderia ser feito neste espaço?
- 6) Como é mantida a Central de Comercialização? Possui participação da Prefeitura, do Estado ou da iniciativa privada?
- 7) Como são remunerados as pessoas e os empreendimentos que participam da Central de Comercialização?
- 8) Quais são os pontos fracos, desafios e ameaças da Central de Comercialização?

9) Quais são os pontos fortes, potencialidades e oportunidades da Central de Comercialização?

10) Na sua opinião, o que poderia ser feito na Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul?

Para a análise dos dados, foi empregada a análise de conteúdo. Conforme Minayo (2001), essa técnica se destina a investigar informações relacionadas ao comportamento humano. O protocolo sugerido por essa autora foi seguido em três etapas: inicialmente, realizamos uma pró-análise, organizando o material e selecionando documentos (como literatura relevante, legislações e editais) e dados de entrevista para o recorte analítico. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, durante a qual foram definidas as categorias de análise. Por fim, na terceira etapa, realizamos a análise propriamente dita com base nas categorias identificadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta o conjunto de dados coletados e sua respectiva descrição e análise atendendo os objetivos específicos apresentados na introdução.

Histórico da Central de Comercialização

Em Mato Grosso do Sul o movimento de economia solidária iniciou-se em outubro de 2003 e se expandiu no Estado ganhando força com o diálogo de diversos atores e outros movimentos sociais. Teve sua atuação pautada em ações integradas e articuladas garantindo a continuidade dos processos de qualificação e formação dos empreendimentos econômicos solidários. O movimento expandiu e ganhou força em vários municípios, o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MS) protagonizou e se fortaleceu devido a ações articuladas e integradas em rede (Fundação Banco do Brasil, 2021).

No dia 6 de julho de 2005 foi publicada no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul n. 6.520 a Lei n. 3.039 de 5 de julho de 2005, que instituiu o Programa Estadual de Fomento à Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, que possuía dentre os

objetivos o estímulo à formação de organizações econômicas solidárias de autogestão; a potencialização do desenvolvimento de atividades econômicas por grupos solidariamente organizados de baixa renda; o fomento à formação de redes de produção, comercialização, serviços, consumo, trocas e compras comunitárias; o estabelecimento de parcerias com entidades de promoção da economia solidária; a geração de novas oportunidades de trabalho, geração e distribuição de renda e maior democratização da gestão do trabalho; a qualificação das pessoas envolvidas com a criação e execução de políticas públicas feitas especialmente para a economia solidária; a criação de políticas de finanças solidárias; promoção do consumo ético e o comércio justo; p estímulo e incentivo às cooperativas ou outras formas de associativismo de consumo solidário, dentre outros (Mato Grosso do Sul, 2005).

Com base nisto, a Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, localizada em Campo Grande-MS, teve início em novembro de 2006 quando foi instituída e inaugurada pela parceria estabelecida entre o FEES/MS e o Governo do Estado por meio da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) proporcionando visibilidade aos seus produtos e serviços, com efeito potencializador para o Movimento da Economia Solidária no que diz respeito à organização e a centralidade da comercialização dos seus produtos e serviços (Fundação Banco do Brasil, 2021).

De acordo com a Fundação Banco do Brasil (2021) nos primeiros meses, a Central de Comercialização enfrentou desordem e falta de organização. Muitos empreendimentos estavam dispersos pelo espaço e não compreendiam plenamente o conceito de economia solidária. Assim, o Fórum da Economia Solidária, que atua junto à Central, passou a orientar a administração. Com o crescimento do grupo e o aumento das atividades de comercialização, tornou-se necessária a formalização da Central, que, em 2007, passou a ser uma associação, com cargos específicos para facilitar a organização e a gestão. A estrutura associativa definiu melhor os direitos e obrigações dos associados, que estabeleceram um estatuto a ser seguido. Além disso, essa formalização possibilitou à Central a participação em prêmios, editais e projetos que beneficiam o empreendimento (Xavier, 2018).

Análise dos Desafios e Potencialidades da Central de Comercialização

A Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul é um ambiente multifuncional, que possibilita a comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos solidários (Fundação Banco do Brasil, 2021). Trata-se de um *“Espaço de empreendedorismo social, onde as pessoas, se encontram, fortalecem laços, trocam experiências, resgatam valores e a autoestima. A Central permite aos empreendedores crescerem juntos, garantindo o aumento do volume de produção, e consequentemente sua fonte de renda, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida a dezenas de famílias, que já possuem as demandas da loja incorporadas nas suas rotinas. Além da importância econômica, a loja permite que os envolvidos possam exercitar e fortalecer o orgulho do nosso estado, através das peças que criadas todos os dias”* (Gestora).

A Central de Comercialização é composta por empreendimentos de economia solidária, inclui uma ampla variedade de instâncias produtivas, desde ambientes urbanos até áreas rurais, com núcleos em agroindústrias de assentamentos, aldeias e comunidades quilombolas, buscando fortalecer a diversidade de produtos. Além de fomentar a prática da economia solidária e do comércio justo, a Central é um espaço de convivência. Sua gestão diária é realizada por um sistema de rodízio entre trabalhadores urbanos e rurais de Campo Grande-MS (Fundação Banco do Brasil, 2021). Atualmente, são muito mais trabalhadores urbanos.

Para a Gestora *“A economia solidária é a economia do protagonismo comunitário, do trabalho coletivo, do bem-viver. Ela resgata sentidos compartilhados de coexistência, que preconiza a justiça social, que instaura a participação e que fortalece o ideal democrático, fundamental às organizações. Através dos princípios da autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário”*. A Diretora complementa dizendo que *“[...] é um sistema de autogestão, uma forma organizacional que permite que os grupos formados atuem de maneira democrática”*.

Como um espaço de comércio participativo, a Central concentra atividades de prestação de serviços e de venda de produtos oriundos dos empreendimentos

solidários que fazem parte da associação (Xavier, 2018). Administrada de forma autogestionária, a Central promove a diversidade cultural das comunidades tradicionais do Estado e impulsiona a comercialização de produtos da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e de especialidades da gastronomia do cerrado, sempre com foco na integração à Rede de Economia Solidária (Fundação Banco do Brasil, 2021).

A Gestora compreende que a *“Economia solidária é um modelo econômico que se baseia nos princípios da cooperação, da solidariedade e da justiça social. A ideia é promover o desenvolvimento econômico e social de forma inclusiva e sustentável”*. E que na Central de Comercialização o *“Espaço poderia ser aproveitado por produtos da agricultura familiar, artesanato indígenas, produtos produzidos pelos quilombolas, espaço para biblioteca cursos de capacitação online”*.

Em 2018, a Central era organizada em três andares. O térreo, com acesso à entrada principal, abrigava a cantina e o salão de beleza. No segundo andar, havia um espaço para exposição de artesanato, além de uma copiadora e uma *lan house*. As salas desse piso eram ocupadas pelo escritório da Central, grupos de costureiras e massoterapeutas. Já no terceiro andar, havia salas para o Fórum Nacional de Economia Solidária, o grupo de teatro e um depósito, além de um espaço amplo utilizado para atividades de dança, teatro e capoeira, além de reuniões e assembleias promovidas pelo Fórum e pela Central (Xavier, 2018).

Atualmente, o segundo andar não é utilizado e no terceiro andar ainda há atividades do Fórum. *“A Funtrab não possui informações atualizadas sobre os grupos participantes, uma vez que a gestão é feita de forma autônoma pela Central. O espaço dispõe de acessibilidade, piso térreo, mezanino e 2º piso, possui elevador”* (Diretora).

Os produtos/serviços que são comercializados atualmente na Central são *“Artesanatos em geral, Brechó e massagem realizada apenas aos sábados”* (Gestora) e *“Os produtos fornecidos vão desde o artesanato até alimentação e massagem. Além disso, grupo de teatro e capoeira utilizam o espaço para ensaios/treinamentos e ministração de aulas ao público. O espaço poderia ser melhor utilizado, porém os grupos participantes são sempre os mesmos. Necessita de maior divulgação e*

variedades de empreendimentos. A democracia e rotatividade de representantes pode ser um diferencial para novas possibilidades” (Diretora).

A Diretora ainda completa colocando que *“Os produtos fornecidos vão desde o artesanato até alimentação e massagem. Além disso, grupo de teatro e capoeira utilizam o espaço para ensaios/treinamentos e ministração de aulas ao público. O espaço poderia ser melhor utilizado, porém os grupos participantes são sempre os mesmos. Necessita de maior divulgação e variedades de empreendimentos. A democracia e rotatividade de representantes pode ser um diferencial para novas possibilidades”.*

Sobre a remuneração e acesso ao crédito *“Os empreendedores deixam as mercadorias para vender e deixa um percentual para a Central, valor é decidido em reunião por eles. [Sendo] perceptível que os empreendimentos econômicos solidários não possuem acesso a subsídios e condições crédito com a mesma proporção que oferecidas aos grupos empresariais. Para dar continuidade a Central, há a necessidade de recursos voltados para fomentar os empreendimentos solidários” (Gestora).*

A Central de Comercialização é mantida pelo estado de Mato Grosso do Sul, sendo vinculada a Funtrab, a Gestora coloca que *“O Estado mantém o prédio com água e luz e um agente patrimonial e não possui participação da Prefeitura ou da iniciativa privada [e que] atualmente a Central encontra-se com poucos empreendimentos, desarticulada e sem nenhum recurso do Poder Público, pois a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, foi extinta no governo anterior, Jair Bolsonaro, gerando esta evasão dos empreendimentos, e os representantes da Central continua sendo sempre as mesmas pessoas, causando descontentamento e falta de interesse em fazer parte da Central”.*

A Diretora sistematizou pontos fracos, ameaças e desafios, bem como pontos fortes, potencialidades e oportunidades:

“Pontos fracos: pouca rotatividade de empreendimentos; divulgação escassa; produtos obsoletos - pois há produtos nas prateleiras desde 2018; e, ausência de documento regulamentando o uso do espaço. Ameaças: ausência de regulamentação contábil; baixa lucratividade; baixa adesão à forma organizacional por parte de outros

grupos; caso não haja regularização de uso do espaço, pode ser que a central tenha que desocupar o local, visto que utilizam de espaço e recurso público. Desafios: atrair novos empreendimentos; impulsionar a divulgação, atuar nas mídias sociais; reformular a comercialização; dar espaço aos novos empreendimentos; atuar democraticamente, pois os representantes são sempre os mesmo desde 2003 - a impressão que fica é de que há uma chefia que determina o que pode ou não ser feito; a economia criativa pode ser um aliado; regularizar a situação de uso do espaço” (Diretora).

“Pontos fortes: grupo unido; atuação em todo território estadual; participação efetiva no Fórum; espaço bem localizado. Potencialidades: colaboração, coletividade, solidariedade, a forma em si como o grupo se organiza; impacto nos grupos da base; articulação com movimentos do interior e demais órgãos, como UNICAFES e UFMS; e, espaço central e amplo para abarcar diversas atividade. Oportunidades: participação em editais; realização de feiras; realização de eventos no espaço; e, articulação com grupos da economia criativa” (Diretora).

Essa sistematização nos dá um panorama da situação da Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul

Plano de Ação para a Central de Comercialização

Mediante a análise dos desafios e das potencialidades e partindo da opinião da Gestora que a Central deveria *“Readequar a forma com que está sendo administrada a Central para que todos tenham acesso a informação e capacitação dentro dos conceitos de economia solidária, criativa e popular”*, apresenta-se neste tópico um plano de ação.

Antes de apresentar o plano é importante colocar que para a Diretora é preciso *“Inicialmente, regularizar a situação de uso do espaço, e/ou abrir edital para que vários grupos se habilitem a utilizar o espaço. Conscientizar a Central que o espaço é público, portanto deve ser compartilhado, inclusive sobre as implicações no aspecto jurídico. Estudar a abertura de edital para que os grupos interessados possam utilizar o espaço para comercialização. Divulgar o que é a economia solidária e suas atividades nas redes sociais, com criação de uma página para isso” (Diretora).*

A proposta do plano de ação retoma os propósitos e propõe atividades da Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (Quadro 1):

Quadro 1 - Plano de Ação para a Central de Comercialização

AÇÃO A – ORGANIZAR	
O que	1. Organizar a Central de Comercialização em termos de documentação junto aos órgãos competentes e à Funtrab
Porque	Essa ação se vincula a todos os objetivos propostos no ato da sua criação (Mato Grosso do Sul, 2005)
Quem	Os gestores da Central como o pessoal da Funtrab ou um parceiro (UFMS, por exemplo) ou pessoa contratada
Quando	Atividade 1 prioritária (a ser realizada no primeiro mês – com duração de dois meses)
Onde	Na própria Central de Comercialização e nos órgãos e parceiros envolvidos
Como	Reuniões e execução de tarefas
Quanto	Sem estimativa (é preciso levantar junto aos órgãos envolvidos / verificar contratação)
AÇÃO B – COMPARTILHAR E DESENVOLVER	
O que	2. Criar ações de compartilhamento de conhecimentos na forma de capacitações sobre economia solidária / 3. Desenvolver/fortalecer a economia solidária
Porque	Formação de organizações econômicas solidárias; potencialização do desenvolvimento de atividades econômicas; e, fomento à formação de redes (Mato Grosso do Sul, 2005)
Quem	Facilitadores (Funtrab, UFMS e/ou FEES/MS) e público-alvo (usuários da Central)
Quando	Atividade 2 como ação contínua, proposta de 12 meses de atividades (em todo o período)
Onde	Na própria Central de Comercialização (podendo ser realizada em outros espaços)
Como	Reuniões, rodas de conversa e cursos/capacitações
Quanto	Estimativa de R\$500,00 mensais com a possibilidade de gratuidade via parcerias.
AÇÃO C – REUNIR E IMPACTAR	
O que	4. Estabelecer parcerias com atores importantes para o fortalecimento da economia solidária na Central e no estado / 5. Criar um ambiente propício para a coletividade, para a criatividade e para a inovação de forma a desenvolver a própria Central e promover geração de trabalho e renda
Porque	Estabelecimento de parcerias e geração de oportunidades de trabalho e de renda (Mato Grosso do Sul, 2005).
Quem	Os gestores da Central e parceiros (tais como a UFMS)
Quando	Atividade 3 (semanalmente do mês quatro ao doze)
Onde	Na própria Central de Comercialização (podendo ser realizada em outros espaços)
Como	Reuniões e rodas de conversa
Quanto	Estimativa de R\$1.000,00 mensais com a possibilidade de gratuidade via parcerias
AÇÃO D – ACESSAR	
O que	6. Capacitar os gestores da Central de Comercialização para acessar recursos financeiros e políticas públicas
Porque	Qualificação das pessoas envolvidas com a criação e execução de políticas públicas e a criação de políticas de finanças solidárias (Mato Grosso do Sul, 2005)
Quem	Parceiros (tais como a UFMS e órgãos públicos)
Quando	Atividade 4 do plano (semanalmente do mês cinco ao doze)
Onde	Na própria Central de Comercialização (podendo ser realizada em órgãos públicos)
Como	Reuniões
Quanto	Estimativa de R\$500,00 mensais com a possibilidade de gratuidade via parcerias
AÇÃO E – COOPERAR E COMERCIALIZAR	
O que	7. Capacitar os gestores da Central de Comercialização quanto aos princípios do cooperativismo e de melhoria da comercialização
Porque	Promoção do consumo ético e o comércio justo e o estímulo e incentivo às cooperativas ou outras formas de associativismo de consumo solidário, dentre outros (Mato Grosso do Sul, 2005)
Quem	Facilitadores (Funtrab, UFMS e/ou FEES/MS) e público-alvo (usuários da Central).
Quando	Atividade 1 do plano – ação contínua.
Onde	Na própria Central de Comercialização (podendo ser realizada em outros espaços)
Como	Reuniões, rodas de conversa e cursos.
Quanto	Estimativa de R\$500,00 mensais com a possibilidade de gratuidade via parcerias

Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante colocar que o plano de ação deve ser validado pelos envolvidos diretamente com a Central de Comercialização, podendo haver alterações na proposta, conforme a realidade e a aceitação, ou não das atividades. Inclusive considerando a apropriação de conhecimentos, técnicas e tecnologias para a continuidade de ações e atividades na Central.

Ainda assim, acreditamos que com essas ações, por meio dos empreendimentos da economia solidária que a compõem, com suas instâncias de produção, seja em ambiente urbano ou rural, nos núcleos de base, nas agroindústrias de assentamento, aldeias e comunidades quilombolas, se procurará assegurar o fortalecimento de uma diversidade de produtos. E a Central poderá ser novamente um espaço de convivência que fomente a prática da economia solidária e do comércio justo e solidário. Retomando uma gestão diária da Central de Comercialização feita pelo sistema de rodízio pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, tal como descrito pela Fundação Banco do Brasil (2021).

CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÕES

Este artigo aplicado teve como objetivo apresentar um plano de ação para a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul. Para tanto se apoiou na teoria sobre economia solidária tendo como foco os princípios (autogestão, igualdade, democracia e geração de renda) e as políticas públicas. E foi realizada uma análise do histórico, dos desafios e das potencialidades da Central de Comercialização.

O plano de ação propõe sete atividades, sendo: 1) Organizar a Central de Comercialização em termos de documentação junto aos órgãos competentes e à Funtrab; 2) Criar ações de compartilhamento de conhecimentos na forma de capacitações sobre economia solidária; 3) Desenvolver/fortalecer a economia solidária na Central; 4) Estabelecer parcerias com atores importantes para o fortalecimento da economia solidária na Central e no estado; 5) Criar um ambiente propício para a coletividade, para a criatividade e para a inovação de forma a desenvolver a própria

Central e promover geração de trabalho e renda; 6) Capacitar os gestores da Central de Comercialização para acessar recursos financeiros e políticas públicas; e, 7) Capacitar os gestores da Central de Comercialização quanto aos princípios do cooperativismo e de melhoria da comercialização.

Reforçamos que para aplicação do plano é necessário validar as atividades junto aos gestores da Central, bem como os responsáveis na Funtrab e a apropriação pela Central dos conhecimentos, técnicas e tecnologias para a continuidade das ações/atividades. Espera-se que a Central de Comercialização da Economia Solidária de Mato Grosso do Sul compreenda a sua importância como uma instituição referência para a difusão dos preceitos da economia solidária, com um espaço solidário de produção e comercialização de produtos e serviços dessa economia.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC - Brasil e da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul - Funtrab/MS - Governo de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira; STANGHERLIM, Roberta. **Economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p 629-650, 2017. <https://doi.org/10.1590/1679-395157778>

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Fortalecimento dos Empreendimentos Solidários das Mulheres de Mato Grosso do Sul** - empreendimentos de mulheres

solidárias em rede: a experiência da Central dos Trabalhadores(as) da Economia Solidária. Campo Grande-MS: CTES, 2021.

MAGNO, Thaissa Souza do Carmo; VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; BARROS, Jones Nogueira; ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local. **P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 15-34, 2022. <https://doi.org/10.21721/p2p.2022v8n2.p15-34>

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n.º 3.039, de 5 de julho de 2005**. Institui o Programa Estadual de Fomento à Economia Solidária de Mato Grosso do Sul – PEFES/MS, e dá outras providências. Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, 6.520, de 6 de julho de 2005, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de. Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária em desenvolvimento**. Brasília: MTE, SENAES, 2003.

PITAGUARI, Sinival Osorio; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da. Panorama da Economia Solidária no Brasil. In.: PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Liria Maria Bettiol; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida (orgs.) **A Sustentabilidade da Economia Solidária**: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 33-61, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. Atlas: São Paulo, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Boletim Mercado de Trabalho do IPEA**, n. 40, p. 55-59, 2009.

SILVA, Fabiano André Gonçalves; CALAZANS, Dinara Leslye Macedo e Silva; GONZÁLEZ, Juan Miguel Rosa; SOUZA, Washington José de. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN). **RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativas**, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2011. <https://doi.org/10.5329/RECADM.20111002007>

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA; Maria Carolina A. F. de Souza. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 25, n. 4, p. 65-72, 1985. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901985000400007>

XAVIER, Letícia Ferreira. **Desenvolvimento Local e Empreendimentos Econômicos Solidários**: um estudo na Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande/MS. 106f. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração)- Programa de PósGraduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPPGAd/UFMS), Campo Grande-MS, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em 10/02/2025

Versão corrigida recebida em 30/05/2025

Aceito em 02/06/2025

Publicado online em 30/07/2025